

**GEOGRAFIA E TERRITÓRIO: ABORDAGENS CONCEITUAIS
NA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO**

**GEOGRAFÍA Y TERRITORIO: ENFOQUES CONCEPTUALES EN LA
PERSPECTIVA DEL MATERIALISMO HISTORICO**

DALVA MARÇAL MESQUITA SOARES

Doutoranda em Geografia da UFG - Universidade Federal de Goiás / IESA - Instituto de Estudos Socioambientais, Campus Samambaia, Goiânia (GO)
dalva.dmms@gmail.com

Prof. Dr. ELIZEU RIBEIRO LIRA

UFT - Universidade Federal de Tocantins, Porto Nacional (TO)
liraelizeu@uft.edu.br

Prof^a. Dr^a. CELENE CUNHA MONTEIRO ANTUNES BARREIRA

UFG - Universidade Federal de Goiás / IESA - Instituto de Estudos Socioambientais,
Campus Samambaia, Goiânia (GO)
celenemonteiro05@gmail.com

Prof. Dr. VANDERVILSON ALVES CARNEIRO

UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus Henrique Santillo, Anápolis (GO)
profvandervilson@yahoo.com.br

Resumo: Toda pesquisa requer uma concepção metodológica a ser adotada, bem como a seleção de um corpo teórico que comungue com ela, no sentido de orientar, dar sustentação e fundamentação científica ao fato pesquisado. Haja vista que a má escolha poderá comprometer a essência dos fenômenos investigados, todo o processo de reflexão e a própria veracidade da realidade pesquisada, assim o presente artigo tem como objetivo discutir as diferentes abordagens conceituais sobre território, tendo em vista essa concepção. De maneira que, a concepção metodológica adotada é a teoria do materialismo histórico. Este estudo sobre território parte do pressuposto de que o trabalho a ser desenvolvido por meio dessa teoria requer: primeiramente, uma compreensão dos conceitos de território nas diferentes ciências; segundo, uma justificativa sobre a escolha do materialismo histórico e do método dialético nas discussões do território, no contexto da geografia; terceiro, uma elucidação dos conceitos de território nas ciências geográficas e sua aplicabilidade enquanto espaço e, por fim, um estudo sobre diferentes concepções do materialismo histórico na ciência geográfica, no que se refere às discussões do território. Portanto, este estudo traz várias contribuições aos geógrafos que comungam com essa teoria. Como principal resultado, verifica-se que, em todos os aspectos relacionados à natureza, nos quais estão incluídos os diversos tipos de relações sociais, especialmente, as relações entre o capital e trabalho devem levar em conta as relações materiais, nos estudos do território, pois é nele que acontecem todos os tipos de sujeições sociais que se materializam conforme a realidade dos fatos geográficos.

Palavras-chave: Geografia. Território. Materialismo histórico.

Resumen: Toda investigación requiere una concepción metodológica a ser adoptada, así como la selección de un cuerpo teórico que comulgue con ella, en el sentido de orientar, dar sustentación y fundamentación científica al hecho investigado. Hay que considerar que la mala elección puede comprometer la esencia de los fenómenos investigados, todo el proceso de reflexión y la propia veracidad de la realidad investigada, así el presente artículo tiene como objetivo discutir los diferentes enfoques conceptuales sobre el territorio, teniendo en vista esta concepción. De modo que la concepción metodológica adoptada es la teoría del materialismo histórico. Este estudio sobre territorio parte del supuesto de que el trabajo a ser desarrollado por medio de esta teoría requiere: primero, una comprensión de los conceptos de territorio en las diferentes ciencias; según una justificación sobre la elección del materialismo histórico y del método dialéctico en las discusiones del territorio, en el contexto de la geografía; , una elucidación de los conceptos de territorio en las ciencias geográficas y su aplicabilidad como espacio y, por fin, un estudio sobre diferentes concepciones del materialismo histórico en la ciencia geográfica, en lo que se refiere a las discusiones del territorio. Por lo tanto, este estudio trae varias contribuciones a los geógrafos que comulgan con esa teoría. Como principal resultado, se observa que, en todos los aspectos relacionados con la naturaleza, en los que se incluyen los diversos tipos de relaciones sociales, especialmente, las relaciones entre el capital y el trabajo deben tener en cuenta las relaciones materiales, en los estudios del territorio, porque es en él donde ocurren todos los tipos de sujeciones sociales que se materializan conforme a la realidad de los hechos geográficos.

Palabras-clave: Geografía. Territorio. Materialismo histórico.

1. Introdução

Os principais conceitos geográficos – espaço, território, região, paisagem e lugar – sempre estiveram presentes na formalização da Geografia como disciplina científica e, ainda hoje, se mantêm como um dos principais pressupostos básicos para o conhecimento geográfico. Portanto, apresentam-se com uma importância significativa, por serem concebidos como instrumentos fundamentais para compreensão da realidade humana e do espaço geográfico. A partir desse contexto, entende-se que não devem ser trabalhados se não associados às situações de uma realidade e das vivências humanas.

Como tais conceitos e outros, que surgiram recentemente, são também conhecidos como categoria de análise, elegeu-se para estudo o território enquanto categoria analítica, pois, segundo Santos (2002, p. 1-2), o território “é tanto o resultado do processo histórico quanto da base material e social das novas ações humanas. Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial”. Portanto, leva-nos a entender que, no decorrer da história, o território passa a ser formado a partir de uma base material e das novas ações e relações humanas, devendo assim ser considerados os efeitos e as causas no decorrer do processo. Nessa perspectiva, o território passa ter uma conotação histórica, material e social geográfica, por ser construído por meio das lutas travadas pelas forças produtivas sociais com os trabalhadores e, especialmente, pela exploração nas relações sociais de produção. Nesse sentido, também nos explica Santos (1999, p. 62) que “os mesmos objetos

podem dialogar com as mais diversas disciplinas [...]. A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista”.

No decorrer da história do pensamento geográfico, o território adquiriu acepções variadas e são empregadas pelos diferentes autores, conforme o interesse de cada ciência. Assim, esta discussão sobre os diferentes conceitos sobre o território, desenvolvidos por diferentes autores, vem explicitar aspectos quanto à aplicabilidade do tema, que muitas vezes são confundidos com espaço.

Santos (1978) expõe que o território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica. Nesse viés, o conceito de território vem sendo discutido e desenvolvido por meio de diferentes abordagens teórico-metodológicas, em que cada autor define sua pesquisa, conforme seus métodos e suas concepções de interpretação da realidade, considerando os contextos sociais, culturais e políticos. Na perspectiva materialista, a produção do território passa a ser constituído pelo movimento histórico que se materializa na vida cotidiana da sociedade.

Este artigo está baseado nos estudos realizados na dissertação de mestrado, na qual se identificou que todas as dinâmicas comerciais que se processam em um determinado território estão impregnadas de relações sociais capitalistas, que, na sua essência, são edificadas nas relações de trabalho e na acumulação do capital. Destaca-se também que o referido estudo foi baseado na escolha do método materialismo histórico, fundamentado nos princípios da teoria do materialismo histórico no contexto da geografia.

Nesse sentido, compreende-se que toda pesquisa requer, além do delineamento de um projeto, a seleção de um corpo teórico que possa orientá-lo, dar sustentação e fundamentação científica ao fato pesquisado, de tal forma que a concepção metodológica a ser seguida também não poderia faltar ou ser selecionada de forma aleatória. Sabe-se que não se aplica um único método nas pesquisas das diversas ciências, e a má escolha poderia comprometer a essência dos fenômenos investigados, o processo de reflexão e a própria veracidade da realidade pesquisada.

Assim, a partir dessa perspectiva, optou-se por discutir o território neste trabalho a partir de uma visão materialista, centrado nos princípios do materialismo histórico e observando o rigor teórico e metodológico adotado pelos autores que comungam com essa teoria.

Ressalta-se que este estudo será de grande relevância para os pesquisadores que comungam com a referida teoria, haja vista que previamente as dúvidas serão sanadas em relação

aos conceitos de território e às concepções teórico-metodológicas a serem utilizadas para o desenvolvimento de uma pesquisa nessa perspectiva.

Nessa perspectiva, concorda-se com Harvey (1985 apud SOJA, 1993, p. 58) ao afirmar que “a geografia histórica do capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização e o materialismo histórico geográfico, o método de investigação”. De tal forma, propõe-se apresentar as visões de autores como: Marx (1996, 1985, 1974, 1983, 1980, 1974); Santos (2008, 2007, 2002, 2000, 1999, 1978); Lefèbvre (1983, 1975); Harvey (2007, 2003); Oliveira (2007, 1996); Raffestin (1993); Andrade (1995) entre outros que adotam as mesmas concepções.

Portanto, o estudo está centrado nas discussões de quatro abordagens: a primeira trata dos conceitos de território nas diferentes ciências; a segunda aborda o materialismo histórico e geografia nas discussões do território; a terceira trás os conceitos de território nas ciências geográficas e sua aplicabilidade enquanto espaço e por último apresenta uma discussão sobre o conceito de território e de espaço na concepção materialista.

2. Os conceitos de território nas diferentes ciências

Nas últimas décadas, o conceito de território tem sido apresentado com diferentes abordagens e concepções em consequência da reestruturação produtiva do capital, decorrentes de sua sustentação ideológica e sociopolítica; das mudanças que ocorreram nas diversas ciências; das intensas transformações no mundo, na vida, nas formas de organização; e das relações das sociedades, das relações dos elementos neles vinculados e da própria realidade.

A gênese do termo território e sua utilização advêm, primeiramente, das ciências da natureza, principalmente da biologia e da zoologia, mas foi na etologia que o conceito foi instituído. O conceito de território passa a ter notável importância a partir da década de 1960, quando as primeiras abordagens mais específicas foram cientificamente sistematizadas (TERRA, 2009).

Diante da diversidade de abordagens, o conceito de território tem sido aplicado com diferentes significados pelas mais variadas ciências. Nas ciências naturais, o conceito sempre foi utilizado no estudo ecologia das espécies e das populações naturais; enquanto que nas ciências políticas, nas relações de poder, ligadas à concepção de Estado. Já nas ciências sociais, na

antropologia, na sociologia e na filosofia, os territórios são analisados na perspectiva da identidade social e da construção do capital social.

Segundo Souza (2011, p. 84), o território “surge, na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social”. Para o autor, a discussão sobre o território pauta-se na ocupação do território como algo gerador de raízes e identidade: um grupo de pessoas não poderia ser compreendido sem território, pois a identidade sociocultural estaria ligada aos atributos do espaço concreto, que seria a natureza, a “paisagem” e o patrimônio arquitetônico. Esse tipo de território sempre foi associado aos recortes do discurso ideológico do “território nacional” ou ao Estado-Nação e ao recorte da região como entidade espacial (SOUZA, 2011).

Na visão de Escolar (1996, p. 65), foi a partir século XIX que o conceito de território passou a ter relevância, especialmente com a inserção da Geografia como disciplina acadêmica, devido à “necessidade socioestrutural de construir, por intermédio da escolarização maciça, a ‘consciência nacional’ e o sentimento de ‘pertencimento territorial’”, passando, assim, a fornecer subsídios político e ideológico para os países europeus, em especial para a Alemanha e a França.

É com o nascimento da Geografia Crítica que o conceito de território passa por uma grande reformulação, na qual se adotou como referência a conjectura marxista, baseado no materialismo histórico-dialético. Nesse novo conceito de território, foram inseridas discussões sobre as contradições sociais, as transformações econômicas, políticas e, especialmente, questões sobre a reorganização territorial do espaço mundial. Esses processos ganharam dimensões no final do século XX, com a expansão do capitalismo ou da globalização econômica. A partir dessa reformulação, o novo conceito de território se apresenta caracterizado por novos tipos de relações sociais e econômicas, cada vez mais submisso ao mercado internacional. Também, foi com o advento da Geografia Crítica que se observou que as mais antigas e novas formas de configuração territorial estão correlacionadas com o poder de apropriação do espaço pelos governantes, oriundos pelos modos de relação social de produção, vigente de cada época.

É também, na Geografia enquanto disciplina, que o termo *território* constitui-se como conceito-chave. Mas, para muitos teóricos, seu uso aparece como “categoria de análise da geografia” com referência analítica, enquanto para outros, como “conceito” sendo usado com

“finalidades heurísticas”.

Desde o início do século XXI, as discussões e as investigações sobre o conceito e a teoria do território tornaram-se alvo de grande destaque entre os pesquisadores das diversas áreas, principalmente, entre os seguidores das mais variadas correntes do pensamento geográfico. No que se refere às contribuições para a ciência geográfica na perspectiva materialista-dialética e histórica da realidade, em sua maioria, são advindas da Geografia Agrária, especialmente, a partir dos debates e dos confrontos de ideias travadas a partir da produção acadêmica e da reflexão intelectual sobre as dimensões teóricas, ideológicas e políticas no campo.

Atualmente, o conceito vem sendo aplicado nas vertentes teóricas e analíticas de acordo com a área de estudo: na geografia econômica, o território vem sendo discutido nas variações do desenvolvimento econômico, principalmente nos processos de inovação, geração e desenvolvimento da economia, no âmbito espacial; na geografia política, o conceito está sendo muito utilizado para analisar as forças do poder e as formas de dominação do espaço e do próprio território; na geografia agrária e cultural, as discussões, em sua maioria, estão voltadas para o meio rural e as diversidades culturais; na geografia urbana, o conceito está sendo aplicado ao processo de desenvolvimento das cidades e das intersecções com o rural; e na geografia física, em todas as intersecções dos aspectos físicos e meio ambiente.

Ao analisar os diferentes conceitos de território, discutidos pela filosofia e pelas ciências sociais, verifica-se que há uma distinção clara entre eles, diante da forma de estruturá-los e defini-los; enquanto que, sob o ponto de vista histórico, visualiza-se uma unidade entre eles; já nas outras ciências, os conceitos de território estão associados com a forma de pensamento e o tratamento da realidade, conforme as suas especificidades e os recursos didáticos e metodológicos utilizados para seu tratamento.

3. O materialismo histórico e geografia nas discussões do território

Nesse estudo, com todas as cautelas preconizadas, optou-se pela escolha do método dialético, fundamentado nos princípios da teoria do materialismo histórico dentro do contexto da geografia, uma vez que a lógica dialética, segundo Marx (1983) caracteriza-se em verificar o movimento do pensamento, enquanto a materialidade histórica, refere-se a forma de organização

da vida dos homens em sociedade, por meio da história. Ou ainda, trata-se de utilizar o pensamento para estudar as relações sociais edificadas pela humanidade através da história. Assim sendo, optou-se por este método, por entender que todas as dinâmicas sociais que se processam em um determinado território estão impregnadas de relações sociais capitalistas, que, na sua essência, são edificadas nas relações de trabalho e na acumulação do capital.

Nesse sentido explica Fernandes (2008, p. 5) que

o capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes.

Nessa perspectiva, concorda-se com Harvey (1985, p. 144) apud Soja (1993, p. 58) ao afirmar que “a geografia histórica do capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização e o materialismo histórico geográfico, o método de investigação”. Congratula-se com esse geógrafo norte-americano, pois, a partir de obras de autores famosos, sobretudo de Henri Lefebvre, propõe “defender um materialismo histórico e geográfico, um repensar radical da dialética do espaço, do tempo e do ser social”. Resumindo, trata-se de uma solicitação, para “retomar a dialética” em um campo interpretativo diferente, que contemple não apenas o espaço, mas também o tempo, o ser social em todos os níveis de abstração (SOJA, 1993, p. 58). Desse modo, o conceito de território deve ser discutido na concepção geográfica, a partir da visão materialista.

Logicamente que, ao assumir esse método, no qual está alicerçado as discussões desse trabalho, pensou-se na tamanha responsabilidade diante da escolha, principalmente, após as recomendações do Professor Dr. Elizeu¹, em “ostentar um trabalho, pautado nos desígnios do materialismo histórico geográfico e na realidade vivida”; assim como na fala do Professor Dr. Ariovaldo², que ao assumi-lo “jamais seria a mesma pessoa”. O uso do método também foi incentivado pelos questionamentos de Henri Lefebvre (1975, p. 30): “[...] existe alguma proposição que não implique responsabilidade? Não existe. Que pensa inocentemente?”. Também, na reflexão de Harvey (2003, p. 20), que diz que “ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e,

¹ LIRA, Elizeu Ribeiro. Coordenador do Curso de Mestrado em Geografia da UFT- Campus Porto Nacional, Professor da disciplina Teoria e Método da Ciência Geográfica e orientador deste trabalho.

² Professor PVNS da UFT - Campus de Porto Nacional, da disciplina Agricultura, Capitalismo, Revoluções e Reformas Agrárias do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Refletindo sobre as descrições dos professores Lira e Oliveira e nas proposições de Lefebvre e de Harvey, assevera-se que foi pensando no crescimento enquanto ser que os fazeis, além de encontrar-se num ambiente de aventura, de transformação não só no campo pessoal, mas, especialmente, por vivenciar as constantes batalhas das classes trabalhadoras nas mais variadas relações de produção e pelas aberrações praticadas pelos capitalistas na exploração das forças produtivas.

Concorda-se com Oliveira (2007), quando afirma que todos estão inseridos no mesmo barco, que é a modernidade, uns a criticam, outros se envolvem, uns se utilizam da ciência para ascensão social e inclusão na política, outros colocam seu conhecimento a serviço da transformação e da justiça social. Não importa revelar quem está certo ou errado e sim, conforme Oliveira (2007, p. 64), “construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro”. Na atualidade, a produção geográfica brasileira está marcada por essas diferenças e que, na verdade, se deve aprofundá-las e não utilizá-las para tais fins, ou como jogo de disputa. Ainda na concepção de Oliveira (1996, p. 68), alguns “preferem garantir seu *status* na Universidade e na sociedade do que contribuir para a construção de outra mais superior”.

Nas vicissitudes das pesquisas realizadas pelas diversas ciências e especialmente pela ciência geográfica, não vale dizer quem está certo ou está errado ou entrar no páreo do jogo da disputa. O que importa é contribuir na construção do saber geográfico, pela busca da justiça social, de forma autônoma, diferente e ousada e que traga explicações para a sociedade, tão sofrida e explorada, principalmente diante do mundo atual em que as forças capitalistas estão sempre na procura por novos modos de acumulação e exploração em suas relações de produção.

Não obstante, neste estudo optou-se pelo método dialético, por meio da teoria do materialismo histórico, por entender que seja a mais apropriada ao estudar as questões inerentes à geografia, principalmente no que se refere à construção e à organização do território e às atribuições existentes nas relações sociais, principalmente nas relações do capital e trabalho. Também por entender que essa teoria oferece subsídios suficientes para compreender as contradições impostas pela sociedade capitalista, que tem como estratégias de trabalho apenas a reprodução do capital e a maximização dos lucros, a partir da exploração da força de trabalho.

Sobre essa lógica, Marx (1996) justifica que ele tem como fundamento o lucro, que é à base do sistema capitalista, razão da troca pelo dinheiro. Para Harvey (2007, p. 166), a exploração

da força do trabalho está intrinsecamente associada aos valores reais. “Isto não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo”. Também, Harvey (2007, p.166) acrescenta que o capitalismo foi constituído a partir de uma relação de classe, entre capital e trabalho. Assim, o controle do trabalho é garantia de lucro para o capitalista. “A dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista”.

Quanto à formação do lucro, Marx (1980) deixa claro outro aspecto da sociedade capitalista: o capitalista não só está interessado na exploração da força do trabalho, mas também na exploração da classe trabalhadora. Numa referência a essas questões, Marx (1980, p. 223) coloca que a “[...] razão por que os capitalistas, embora simulem fraternidade em seu logro recíproco, constituem verdadeira irmandade maçônica ao se defrontarem com o conjunto da classe trabalhadora”.

Nessa concepção, o território passa a ser construído em decorrência da materialidade das lutas de classes desenvolvidas pelos trabalhadores, no sentido de garantirem a sua sobrevivência, enquanto que as empresas capitalistas buscam acumulação do capital. O que quer dizer que a materialidade histórica viabiliza-se na produção material³, na existência humana e na acumulação do capital. Ou ainda, tendo em vista a perspectiva materialista, a produção do território passa a ser constituído pelo movimento histórico que se materializa na vida cotidiana da sociedade.

Nesse sentido, assevera Lefèbvre (1983) que o território, por ser constituído pelo movimento histórico que se materializa a partir das relações sociais capitalistas, pode ser definido pela forma de produção, distribuição, circulação e consumo e sustentado pelos diferentes meios de articulações e mediações, em que o Estado passa ser o controlador, o regulador, a partir de uma legislação específica.

Logo, a lógica do modo de desenvolvimento capitalista de produção está associada à exploração da mão de obra e à expropriação do poder de compra de toda classe trabalhadora. Nessa concepção, Carlos (2002, p. 163) explica que “[...] a construção de um saber geográfico se

³ Ao analisar a produção material, não se deve entendê-las como matérias, coisas a serem adquiridas, mas como pretextos em que nascem das práticas e das estratégias de uma conquista e da satisfação de uma necessidade (RAFFESTIN, 1993).

move num contexto histórico social, o que significa dizer que as mudanças nos modos de pensar a geografia são produto direto das transformações econômicas, políticas e sociais”.

Nessa discussão, Carlos (2002, p. 163) destaca também que

[...] a produção de um dito saber geográfico move-se no contexto do conhecimento que é cumulativo (histórico), social (dinâmico), relativo e desigual, ao mesmo tempo contínuo e descontínuo. [...] pode-se afirmar que existe, ao longo da constituição do conhecimento geográfico, um movimento constante de superação e de busca de novos caminhos teórico-metodológicos, o que pressupõe que a elaboração de noções e conceitos apareça articulada à prática social enquanto totalidade que se define, dinamicamente, e nos permita pensar a dimensão do homem. [...] As verdades não são absolutas, mas relativas e seus limites são sempre superados; convém não esquecer que a cada dia se descobre e inventa-se nesse domínio, abrindo perspectivas para se pensar o mundo de outro modo. Não existe, portanto, um movimento linear que vai da “ignorância ao conhecimento”.

Portanto, a construção do território deve ser entendida como um fato geográfico, com uma prática constante ou organizada que se processa em um “dado espaço”, a partir das relações sociais de produção e pelos sucessivos acontecimentos, definidos a partir do momento presente em relação com o passado e com o futuro e concretizados por meio das ações transformadoras diante da sucessão dos fatos históricos. Enseja-se, portanto, um estudo a partir da concepção materialista, histórica e geográfica de novas linguagens e novas reflexões.

Nessa concepção, território passa a ser produto das relações sociais, cuja referência é a história, o tempo e a realidade nas quais é construída pela materialização dos fatos sociais, que também tem caráter social, caráter que todo fato geográfico tem e constitui a razão da existência da geografia, enquanto ciência (GOMES, 1991). Nessa conjuntura, a materialidade social ocorre de acordo com as relações de produção da sociedade, uma vez que seus princípios, ideias e categorias econômicas são formadas nas relações sociais de produção.

Segundo Marx (1996), ao se estudar os fenômenos sociais, deve-se levar em conta, que eles estão em constante movimento e transformações, devendo, assim, ser consideradas as contradições do desenvolvimento e os resultados da ação recíproca das forças contraditórias. Tais fenômenos e objetos não devem ser considerados isoladamente e independentes uns dos outros, mas como um todo unido, coerente, ligado organicamente, que interagem e são dependentes uns dos outros. É por isso que, ao utilizar o método, nenhum fenômeno deve ser considerado isoladamente, fora dos fenômenos que os rodeiam e fora de seu contexto. Na dialética, os fenômenos precisam ser compreendidos conforme a sua realidade e justificados sempre

associados àqueles que os circundam, visto que os fenômenos estão incessantemente em movimento, transformação, renovação e desenvolvimento (MARX, 1983).

Em síntese, nos estudos servindo-se da perspectiva dialética, é necessário identificar e detalhar as articulações do problema em estudo e avaliar as evoluções e as conexões dos fenômenos. Dessa forma, o estudo deve partir da realidade do concreto-dado, uma vez que se trata de uma condição prévia e efetiva. O concreto deve ser visto como concreto por se tratar da síntese das múltiplas determinações. Logo, trata-se de uma unidade dentro da diversidade, de saber abstrair dos fatos as categorias mais simples até chegar às mais complexas, observando as possíveis modificações, conforme sua referência histórica (MARX, 1983).

Conforme foi explicitado, na teoria materialista histórica, os aspectos a serem pesquisados devem ser observados a partir da materialidade dos fatos, sua explicação deve ser feita diante de sua realidade e o reconhecimento dos sujeitos ativos dentro do seu processo histórico. Por isso que essa teoria deve ser entendida como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer o objeto desconhecido, como parte do real a ser investigado (MARX, 1983).

Diante deste estudo, fica evidente que, em todos os aspectos relacionados à natureza, os quais estão incluídos os diversos tipos de relações sociais, devem levar em conta as relações materiais, principalmente em relação aos estudos do território. É nele que acontecem todos os tipos de sujeições sociais que se materializam conforme a realidade dos fatos geográficos que estão em constantes movimentos e transformações. Por isso, deve ser reconhecida a necessidade da adoção da teoria do materialismo histórico nas ciências geográficas. Todos os fenômenos da natureza não acontecem por acaso, todos estão inseridos num dado contexto histórico e em uma realidade diversa, os quais devem ser estudados e associados àqueles que os circundam, visto que os fenômenos estão sempre em movimento, transformação, renovação e desenvolvimento.

4. Os conceitos de território nas ciências geográficas e sua aplicabilidade enquanto espaço

Embora na geografia haja ainda essas discussões em “caixinhas”, segundo estudos Schneider (2009), está havendo uma renovação no que se refere aos debates e às pesquisas sobre rural, território e desenvolvimento e, principalmente, em relação às concepções de pensamento e ao referencial teórico. Nesse sentido, Schneider (2009, p. 24) coloca que “as definições e referências do passado ainda continuam presentes na cabeça dos estudiosos e analistas, mas raros

são aqueles que desconhecem sua crescente limitação para lidar com as múltiplas transformações que a sociedade contemporânea está trazendo a lume”. Segundo o autor, nas ciências geográficas, nos temas referidos, há, por partes dos autores, certa preocupação de selecionar o referencial teórico de acordo com a linha de pensamento dos autores a serem utilizadas nas pesquisas.

Numa concepção crítica, o conceito de território tem sido substantivado de acordo com os elementos que são tratados em cada ciência e as características daquele mundo onde a vida se prolifera. Nesse sentido, o conceito de território está relacionado com a formação do indivíduo, o nível, a concepção de pensamento e os acontecimentos daquele mundo onde a vida ocorre. Nesse viés, o conceito de território está vinculado aos diferentes tipos de relações ali existentes, sejam elas do homem com a natureza ou do homem com o homem em suas mais diferentes interações sociais.

Nas ciências geográficas contemporâneas, os estudos sobre o território estão em grande evidência, principalmente quando se refere ao seu conceito. Nos estudos feitos sobre as abordagens territoriais, têm-se priorizado temas que consideram as dimensões sociais e naturais do território, principalmente as articulações e as interações materiais existentes nas múltiplas escalas territoriais.

Santos (2002, p. 9) descreve que:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

Para Santos (2002), a Geografia alcançou seu valor no século passado pela geograficidade praticada pelos grandes teóricos que fazem a história, especialmente no que se refere ao conhecimento do que é território, diante da sua essência. É nele que o homem manifesta sua existência, realiza suas ações e demonstra seus poderes, suas forças e sentimentos enquanto ser humano. Assim, a Geografia passa a ser aquela disciplina capaz de mostrar, demonstrar e apresentar as peripécias do mundo, da nação e do lugar em que o homem vive e se realiza, conforme suas manifestações de existência e seu poder material.

Ao analisar a aplicabilidade do conceito de território nas ciências geográficas, ele é

frequentemente confundido com o conceito de espaço ou ainda é apresentado como conceito ou categoria de análise. Há também questionamentos de quem na verdade viria primeiro: o espaço ou o território.

Segundo Moraes (2000), os conceitos de território aparecem muitas vezes confundidos porque não há distinção clara entre eles, nem mesmo na ciência geográfica. Para o autor, a diferenciação em relação ao conceito varia de acordo a escola da geografia à qual pertença o cientista, e também em relação à aplicabilidade das mais variadas dimensões e metodologias de análise nos estudos e nas pesquisas da realidade dos fenômenos geográficos. Justifica-se ainda que muitos autores procuram realizar essa distinção pautados no método de análise no qual o território seria concebido como conceito, enquanto o espaço seria categoria de análise geográfica, ou ainda seu objeto de estudo. Moraes (2000, p. 17) salienta que, “do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território”.

Santos e Silveira (2008, p. 19) alegam que o território e espaço, na linguagem cotidiana, são frequentemente confundidos em função da acepção atribuída aos vocábulos. Para eles, há inclusive, nos meios geográficos, “uma preocupação da precedência desses vocábulos, visto que para uns o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro”.

A partir dessas descrições, as abordagens e as concepções em relação à ambiguidade desses vocábulos estão associadas à falta de definição da escola ou concepção à qual pertence o pesquisador, assim como da falta de preocupação do cientista/pesquisador com a dimensão teórico-metodológica, além da falta do caráter científico e linear do discurso em relação à realidade investigada. Diria ainda que, estão relacionadas também com a falta de materialização do fato a ser pesquisado e, principalmente, com a incoerência em relação à metodologia e às teorias utilizadas.

Fernandes (2008, p. 1) asseveram que:

convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente [...]. O território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território de acordo com as intencionalidades dos sujeitos.

Nesse viés, identifica-se que a proeminência dos estudos sobre território tem-se intensificado diante da forma que vem sendo empregado, ora como superfície, ora como local ou alicerce em que acontecem as relações sociais. Para Fernandes (2008, p. 3), “o jogo da questão está relacionado às diferenciações da produção espacial e territorial, como são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais”, visto que os diferentes espaços e territórios são produzidos pelas diversas classes e relações sociais que estão em permanente conflitualidade.

Portanto, diante da complexidade em definir território na Geografia, uma vez que depende da perspectiva (materialista, idealista e integradora), das visões e das concepções e, acima de tudo, do interesse, do ponto de vista de quem o define, constata-se a necessidade de identificar e estabelecer o corpo teórico metodológico a ser utilizado, tendo em vista, a diversidade de concepções teóricas dadas para o território e o uso dos mais variados métodos e teorias empregadas nas pesquisas nessa área. Enfim, por não constituir em unanimidade quanto às concepções teórico-metodológicas usadas nas diferentes ciências, ou mesmo dentro de uma mesma área do conhecimento.

5. O conceito de território e de espaço na concepção materialista

A priori, o conceito de território, na concepção materialista, abarca o paradigma da sobrevivência, as relações com o substrato material, as relações sociais e a expansão dos espaços dominados, ou melhor, as relações de poder. Há, na perspectiva materialista, uma relação explícita entre o território e natureza, ou seja, a natureza passa a ser uma fonte de recursos, meios materiais, dos quais se tira o sustento para a existência humana. Nessa concepção, a geografia destaca a materialidade do território.

Assim, o território adquire uma analogia, um valor real, próprio, a partir daquilo que a sociedade que nele vive, produz e reproduz. Passa apresentar-se como um todo concreto e do mesmo modo instável, flexível dinâmico e até contraditório. Na concepção de Marx (1985, p. 20), “o real passa ser o empírico, o mundo material e as ideias, o espelho do pensamento”. Portanto, na concepção do autor, “o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”.

Marx (1985) acrescenta que as relações humanas são assentadas a partir das relações efetivadas na produção social, independentemente de suas vontades, sendo formadas com o

desenvolvimento das forças produtivas materiais. A estrutura econômica da sociedade é constituída pela soma de todas as relações de produção que, conseqüentemente, são edificadas pelas superestruturas jurídicas e políticas, na qual as diferentes formas sociais obedecem à consciência.

Marx (1974, p. 135-136) conclui que:

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas o contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência [...] é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

No entendimento do autor, é o modo de produção material do homem que condiciona a sua vida social, política e espiritual. Sua consciência passa a ser determinada pelo seu ser social, ou melhor, pelo que ele apresenta na vida social. A consciência deve ser explicada a partir das disparidades que a vida material do homem lhe proporciona, assim como pela sua produção social e as suas relações de produção.

Marx (1974) explica que, no modo de produção capitalista da sociedade moderna, há apenas três grandes classes: os assalariados, que são os proprietários de mera força de trabalho; os capitalistas, que são os proprietários do capital; e os proprietários de terra, cujas fontes de rendimentos consecutivamente são salário, o lucro e a renda fundiária.

Nessa perspectiva, Fernandes (2008) salienta que o capitalismo foi constituído a partir da solidificação do território capitalista, uma vez que as relações sociais capitalistas ocorrem de forma desigual e conflitante, gerando, assim, permanentes disputas territoriais. O autor expõe também que:

As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade e ser multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. A imposição da geograficidade deve-se também à ascensão do conceito de território porque a disputa pelo poder de interpretar e de determinar o conceito e os territórios se intensificou. O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade (FERNANDES, 2008, p. 5).

O autor registra, ainda, que, para discutir a totalidade como princípio do território, é necessário ter certas cautelas, uma vez que o território deve ser visto como um todo, que, na verdade, é parte da realidade. Quando se compreende o todo, entende-se a sua multidimensionalidade. Para ele, a análise de uma ou mais dimensões é uma das opções, mas não implica desconsiderar as outras dimensões. Logicamente que as dimensões são construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais, nas relações com a natureza e entre si. Fernandes (2008, p. 6) complementa que “as múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, que são construídos pelas ações e intencionalidades”.

A partir dessa propositura, considerando a abrangência no discurso da totalidade, entende-se a importância de selecionar uma dimensão, como, por exemplo, a econômica, tendo em vista compreender a materialidade do conceito de território como princípio da conflitualidade. Nesse sentido, o território, apresenta-se como base a perspectiva materialista, uma vez que nos permite analisar as instâncias do poder econômico nas diferentes dimensões sociais e classes sociais, assim como em um contexto histórico geográfico a ser estudado.

Na visão de Raffestin (1993, p. 7), a Geografia Política Clássica “é na verdade uma geografia do Estado, [...] no qual o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido”. O autor complementa que o exercício de poder é exercido por atores oriundos da população, por ser a fonte de poder e o próprio fundamento do poder, diante de sua habilidade de inovação atrelada ao potencial de trabalho. Portanto, o território passa ser um produto dos atores sociais, tendo como referência a história, uma vez que são eles que produzem o território a partir da realidade inicial dada que é o espaço.

Nessa perspectiva, Raffestin (1993, p. 143-144) argumenta que “o espaço e, certamente o tempo, são propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno tem e possuem”. Já o território é uma construção histórica. “É a sociedade ou parte dela que constroem o território ou parte dele”.

O autor também coloca que o “espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

“O espaço é, de certa forma, algo ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima, quando apropriado transforma em território. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O autor ainda acrescenta que,

de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vívido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Raffestin (1993, p. 58) ressalta também que o “Território [...] é a cena do poder, lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia”. O autor também expõe que “[...] o poder se enraizaria no trabalho”, fruto de uma relação social. Assim o território seria o produto do trabalho humano (RAFFESTIN, 1993, p. 56). Nesse sentido, o autor, referindo-se a Henri Lefebvre, expõe que o território é um espaço transformado a partir da força do trabalho, no qual se demonstram as relações de poder.

Raffestin (1993, p. 152) assevera que:

As imagens territoriais revelam as relações de produção [...] e as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se autores sintagmáticos que produzem o território.

Tendo como base as afirmativas de que o espaço e o território não são termos análogos; que o espaço antecede ao território; que o território decorre ou se forma a partir do espaço; e que, ao utilizar o território, a população constrói o seu espaço e estabelece as suas relações de poder, a partir da concepção materialista dialética e histórica da realidade, o espaço é, então, um produto natural, enquanto o território se forma em um determinado espaço, a partir do produto histórico do trabalho desenvolvido pela sociedade e mantido pelas leis que regem as relações de poder. O poder é estabelecido não só pelo Estado, mas também pela população a partir das determinações excitadas pelas forças deliberativas, oriundas da própria população, sejam administrativas, jurídicas, culturais, sociais e, principalmente, econômicas, exercidas por um indivíduo para com

outro ou para vários indivíduos, por alguns indivíduos para com a coletividade, até mesmo por um ator “sintagmático” qualquer.

Assim, diante da concepção materialista e tendo em vista a descrição de Raffestin (1993), o espaço não tem valor material, não obstante o território sim, pois é nele que ocorrem as práticas sociais e materiais. O espaço é apenas suporte para o território e para a sociedade exercer seu poder. Nesse viés, o espaço deve ser considerado como um produto natural, do qual a população se apodera e constrói seu território; e o território é um produto da sociedade construído a partir do trabalho do homem e das relações do poder, principalmente do poder material e pelo poder das leis que o regem.

Nesse sentido, o espaço apresenta-se como matéria-prima preexistente que “antecede a qualquer ação”, que é, de certa forma, “dado” ao homem ou a sociedade para que ela o transforme em “possibilidades”, ou melhor, em uma realidade material, que passa ser objeto de ação, a partir das “intencionalidades” ou das práticas exercidas pela população (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). Conseqüentemente, o território passa a ser o produto da ação do homem ou da sociedade, tendo como referência inicial o espaço. O território é, portanto, a partir da perspectiva materialista, lugar de produção, reprodução e valorização de suas práticas sociais e materiais.

Conforme relatos de Andrade (1995), o espaço tem significados divergentes. O território tem a conotação integração nacional, área ocupada de forma efetiva pela sociedade. Trata-se do local em que acontecem também, de forma efetiva, as relações capitalistas e é nele que se desenvolvem a economia, a produção, o transporte, o comércio e outras atividades de regulação e fiscalização. Enquanto que o espaço é mais amplo que o território, visto que engloba o próprio território e as áreas de vazío demográfico, ou melhor, áreas que ainda não foram efetivamente ocupadas. Andrade (1995, p. 19) complementa que “o território assume centralidade e é compreendido a partir das idéias de domínio, de poder e de gestão de certa área, seja por parte do Estado, seja por parte de grandes empresas [...] numa concepção eminentemente política e econômica”.

Já Oliveira (2007, p. 74) afirma que construção do território perpassa por um “processo de desenvolvimento contraditório e combinado, pois, ao mesmo tempo, que reproduz relações capitalistas avançadas, reproduz também, relações não capitalistas de produção e de trabalho”. A configuração específica apresentada na atualidade ao território é resultado do processo histórico, das diferentes relações de produção e dos contraditórios desenvolvimentos das forças produtivas,

por que a sociedade vem passando. Na sua concepção, esse processo contraditório vem sendo produzido e reproduzido em diferentes partes do planeta, criando, assim, diferentes formas de interdependência entre os Estados, nações e, especialmente, entre empresas localizadas nas diferentes partes do planeta (OLIVEIRA 2007).

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2007, p. 74) ressalta que “o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais [...] em que o Estado desempenha a função de regulação”. Portanto, o território é o “produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência”. Em síntese, o processo de construção do território perpassa por uma unidade dialética, logo contraditória, diante da “espacialidade que a sociedade tem e desenvolve”. Dessa forma, segundo Oliveira (2007, p. 75), a construção do território se dá de forma contraditória, uma vez que ele se desenvolve de forma “desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução”.

Oliveira (2007, p. 75) salienta ainda que “a lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito [...] circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho”. A dialética “perpassa pela reprodução ampliada/extração da mais valia/produção do capital/extração da renda da terra”. Para o autor, é essa a lógica contraditória que, ao mesmo tempo, constrói e destrói ou faz com que frações de terras com as mesmas formações territoriais sejam divergentes nos processos de valorização, produção e reprodução do capital nas mais diferentes partes do planeta.

Tendo em vista essa acepção, o capitalismo se desenvolve por meio de relações sociais que acontecem de forma contraditória e combinada dentro dos territórios, que se processa nas mais diversas áreas do globo pelas forças produtivas e por contradições advindas do capitalismo e das relações não capitalistas produtivas decorrentes. Atualmente, tem-se formado uma configuração moderna dessas forças, de acordo com a realidade em voga e do processo histórico em que se está inserido.

Assim, conforme Oliveira (2007), o território está sujeito a diferentes forças contraditórias internas, decorrentes da configuração espacial aplicada pelo método de produção, das suas próprias mudanças e das regulamentações gerenciadas pelo Estado. Assim, provêm das incoerências do meio de produção as incoerências do território no que tange à luta de classes.

Dessa forma, o território pode ser analisado pelo método dialético, em face das limitações impostas pelo espaço e das necessidades da sociedade. Desse modo, dentro do território, o desenvolvimento ocorre interligado, concomitante e de maneira não uniforme, conforme as necessidades capitalistas.

Nesses discursos, vislumbra-se não só o poder do Estado sobre o território, mas também o poder da população sobre o território como função organizadora e reguladora dele e, ainda, o território como fonte de recurso a ser ocupado e dominado pelas diversas classes sociais, a partir do trabalho. Nessa acepção, o território se apresenta como o “agente do poder de produção” e “lugar” de reprodução das classes sociais, a partir de uma conotação político-materialista.

Complementa Raffestin (1993) que o território reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Nessa perspectiva, o território passa a ser reflexo da produção humana, tendo em vista os recursos humanos e materiais e o “próprio espaço” como recursos imprescindíveis à existência humana.

Andrade (1995), ao analisar o território brasileiro, retrata-o a partir de uma abordagem política e econômica, numa conotação de poder, expõe que o conceito de território está muito associado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Não deve, portanto, ser confundido com espaço ou lugar, “quer se faça referência ao poder público, estatal quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p. 19). Dessa maneira, fica evidente que o território é edificado pelas relações sociais de poder e dominação, pelo qual se constrói uma territorialidade, ou ainda várias territorialidades no espaço. Logicamente edificadas pelas mais diversas atividades de trabalho, desenvolvidas no cotidiano e pelo produto das forças do poder material.

Nessa visão, o território passa a ser o alicerce, a base para o trabalho, lugar onde o homem edifica sua moradia, pratica seu exercício de vida, realiza suas trocas materiais, espirituais. Por fim, o território passa a ser o local em que homem define sua instância de poder, exerce tal poder e pratica suas relações sociais de poder, a partir do seu poder: de produção, de distribuição e movimentação dessa produção, de compra, de consumo, de circulação, de articulações, tendo em vista suas influências sociais, políticas, econômico-capitalistas.

Portanto, o território na concepção materialista, não é composto apenas dos sistemas naturais e de coisas superpostas. Ele deve ser entendido a partir do uso do chão e da identidade das pessoas que o compõem. É a identidade que dá o valor real e o valor sentimental daquilo que

lhe pertence, tendo em vista o produto do seu trabalho. Nesse sentido, o território passa a ser lugar de resistência, das trocas materiais, espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007). Nesse aspecto, Santos (2000) pondera que o território deve ser entendido como território usado, permeado por objetos e técnicas e não o território por si só que apresenta como forma.

Na compreensão de Raffestin (1993, p. 150), “a partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes”. As redes são denominadas pelo autor de “essencial visível”, visto que, nas práticas espaciais, as malhas, os nós e as redes não sejam praticamente visíveis, pois podem ser ponto de decisões. Esses pontos, mesmo que não sejam discerníveis, devem ser considerados, pois podem intervir nas estratégias de ação.

Diante dessa visão, uma das repartições pode ser o território urbano, que se forma a partir da gestão das forças dominantes, ou melhor, das forças produtivas capitalistas de diferentes empresas que instalam suas redes, em territórios diferentes para desenvolver as suas espacialidades. Nesse caso, o espaço urbano passa a ser visto como “mercadoria”, do qual a sociedade faz parte como resultado das ações espaciais, especialmente como fonte consumidora das mercadorias e das forças de trabalho engendradas. As forças produtivas se desenvolvem no tempo histórico e no tempo cronológico.

Diante do estudo aqui apresentado, verifica-se que o conceito de território, embora tenha evoluído diante da historicidade das ciências geográficas, ainda é muito confundido com o de espaço. Essa confusão ocorre devido à falta de demonstração e da objetividade na seleção de um corpo teórico metodológico, assim como de uma base referencial teórica com as mesmas concepções de pensamento.

A partir da pesquisa, procurou-se comungar as visões dos teóricos sobre o conceito de território com a mesma concepção, a materialista na perspectiva geográfica. Nessa concepção, o território apresenta-se com o seguinte conceito: é a base ou o recinto materializado, onde acontecem todos os diferentes tipos, graus e intensidades de poder, objetivados, exercitados e manifestados nas mais diferentes relações sociais de poder. Esse poder se apresenta com o sentido de tramar e forjar todas as formas de dominação capitalista, nos meios, modos e ou processos de produção, comércio, distribuição, circulação, consumo, supraestruturas, nas articulações em geral e até mesmo nas relações sociopolíticas e com a natureza.

6. Considerações Finais

Ao assumir o método no qual está alicerçado este trabalho, pensou-se na responsabilidade diante da escolha, principalmente, em ostentar um trabalho pautado no materialismo histórico-geográfico e na realidade vivida, assim como em incorporar o método materialismo histórico sob os desígnios do capitalismo. Portanto, vale ressaltar que fora incentivado pelos questionamentos de Lefebvre (1975, p. 30): “[...] existe alguma proposição que não implique responsabilidade? Não existe. Que pensa inocentemente?”. Também Harvey (1992, p. 20) diz que “ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Refletindo sobre as argumentações, assevera-se que foi pensando no crescimento intelectual e na mudança de paradigmas que os fazeis. Além de encontrar-se num ambiente de aventura, de transformação não só no campo pessoal, mas, especialmente, por vivenciar as constantes batalhas das classes trabalhadoras nas mais variadas relações de produção e pelas aberrações praticadas pelos capitalistas na exploração das forças produtivas.

Também por concorda-se com Oliveira (2007), quando afirma que todos estão inseridos no mesmo barco, que é a modernidade, uns a criticam, outros se envolvem, uns se utilizam da ciência para ascensão social e inclusão na política, outros colocam seu conhecimento a serviço da transformação e da justiça social. Não importa revelar quem está certo ou errado e sim, conforme Oliveira (2007, p. 64), “construir as explicações das diferenças, demarcá-las e revelá-las por inteiro”. Na atualidade, a produção geográfica brasileira está marcada por essas diferenças e que, na verdade, se deve aprofundá-las e não utilizá-las para tais fins, ou como jogo de disputa. Ainda na concepção do autor, alguns “preferem garantir seu *status* na Universidade e na sociedade do que contribuir para a construção de outra mais superior” (OLIVEIRA, 1996, p. 68).

Como resultados prévios, verificou-se que o conceito de território, embora tenha evoluído diante da historicidade das ciências geográficas, ainda é muito confundido com o de espaço. Essa confusão ocorre devido à falta de demonstração e da objetividade na seleção de um corpo teórico metodológico, assim como de um referencial teórico com as mesmas concepções de pensamento. Verificou-se ainda que, os territórios também são construídos socialmente pelo exercício do poder e, que a produção e o uso do território se constituem em vários arranjos e rearranjos de

poder, em que os sujeitos pautados nas relações de poder se articulam de forma contraditória e conflituosa para organizá-lo de acordo com suas "imagens" materiais.

7. Referencias

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, n. 18, jan./jun. 2002.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica ao discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. 2008. Disponível em:<http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.

GOMES, Orieste. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. Coleção repensando a geografia.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo, Loyola, 2007.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LEFEBVRE, Henri. La presencia y la ausência – Contribución a la teoria de las representaciones. México: Fundo de Cultura Económica, 1983.

_____. **Para uma crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1975.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. Os economistas. In: _____. **Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (volume I, livro primeiro, Tomo 1. (Coleção Os Economistas, volume I)

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

_____. O Capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 20. (Col. Os economistas).

_____. **Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1980. (volume III, livro terceiro, Tomo 2. Coleção Os Economistas, volume V).

_____. **Para uma Crítica da Economia Política** (Prefácio). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Espaço e tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio. Ciências Sociais, ruralidade e territórios. **Campo – Território: revista de Geografia Agrária**, v. 4, n. 7, p. 24-62, fev. 2009.

SOJA, Edward. **Geografia Pós-Moderna: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”. 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/09/ademirterra.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

_____. O retorno do território. In: _____; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

_____. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, 17, Florianópolis, 2000.

_____. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.